

PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43.3.00002942

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2025
Natalie Ardrizzo - Diretora

Predial Bier Ullmann S/A.

CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43.3.00020011

AVISO: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, os documentos exigidos na vigente lei das sociedades anônimas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28/04/2025 às 9:30 horas, na sede social, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, ou de forma virtual, em link a ser encaminhado, com a seguinte ORDEM DO DIA. 1ª) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo de Resultados, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. Outros assuntos de interesse social.

Porto Alegre, 25 de março de 2025.
Claudia Steiner - Matias Meyer da Silva - Diretores

MUNICÍPIO DE SÃO VENDELINO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

Objeto: Aquisição de um veículo novo, zero quilômetro, tipo "PICK-UP", 4x4, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, conforme Proposta nº 13850.6940000/1240-03, Ministério da Saúde, para aquisição de Equipamento/Material Permanente. As propostas serão recebidas e abertas às 09 horas do dia 09 de abril de 2025, no endereço eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br>. Informações: licita@saovendelino.rs.gov.br ou pelo telefone: (51) 99570-5591.

São Vendelino, 27 de março de 2025.

RÉGIS PAULO FRITZEN, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Muliterno

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Muliterno/RS torna público a Licitação, **Pregão Eletrônico 006/2025 – Objeto – Aquisição de Óleo Diesel S500 - Sessão Pública - 10/04/2025 às 09:00 horas;** a sessão do Pregão será realizada via Plataforma www.bll.org.br, informações pelo fone 54 3386 1111 ou ainda por e-mail: compras@muliterno-rs.com.br, Edital disponível no site www.muliterno.rs.gov.br.

Muliterno, 26 de março de 2025.

Cleucir Vidi, Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GAURAMA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

ELIEZER VAGNER ZANATTA, Prefeito Municipal de Gaurama-RS, ratifica a inexigibilidade de licitação, nos seguintes termos: **OBJETO:** Contratação de profissional do setor artístico para apresentação de show artístico ao público do GURI DE URUGUAIANA, no dia 30/04/2025, das 20h às 22h, na Praça Carlos João Busanello, sita no centro da cidade de Gaurama-RS, inserido nas festividades alusivas ao Dia do Trabalho do Município de Gaurama-RS. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 28.000,00. **CONTRATADO:** GURI DE URUGUAIANALTD. **PRAZO:** 30 de abril de 2025. Gaurama/RS, 26 de março de 2025.

ELIEZER VAGNER ZANATTA, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Jorge

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2025

PROCESSO Nº 025/2025

Data da Sessão: 09 de abril de 2025: 09 horas. Local: Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de São Jorge-RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 006/2025, de critério de julgamento de menor preço por item. **Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA.** O edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Jorge e no site: <https://www.saojorge.rs.gov.br>. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Avenida Dalto Filho, nº 901, Centro - CEP 95.365-000, na cidade de São Jorge-RS, ou pelo fone: (54) 3271 1112.

Danilo Salvaggio, Prefeito Municipal.

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DE JUNTA GOVERNATIVA DO SIMES

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELORADO DO SUL-SIMES, por sua

Presidente em exercício, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os associados do Sindicato, observado as disposições estatutárias, para a ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DE JUNTA GOVERNATIVA DO SINDICATO, a realizar-se no dia 11.04.2025, na Sede do Sindicato, na Estrada da Arroeira nº 590, Centro, Eldorado do Sul, RS, às 19 horas em primeira chamada, e às 19h e 30min em segunda chamada.

Eldorado do Sul, RS, 25 de março de 2025. Sílvia Regina Knabben. Presidente, em exercício, do SIMES.

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.467.115/0001-00

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (<https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/>), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

equatorial

SINCERGS

Sindicato dos Clubes Esportivos do Rio Grande do Sul

SINDICATO DOS CLUBES ESPORTIVOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINCERGS

CNPJ: 17.673.420/0001-31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS CLUBES ESPORTIVOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR SUA PRESIDENTE E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONVOCA A TODOS OS INTEGRANTES DA CATEGORIA, ASSOCIADOS OU NÃO, PARA A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2025, NO CLUBE CAIXEIROS VIAJANTES – RUA DONA LAURA, 646 – NO SALÃO DAS PISCINAS, ÀS 19h00, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E 19h30, EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, PARA A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) DISCUSSÃO SOBRE AS CLÁUSULAS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA COM OS SINDICATOS LABORAIS; B) ASSUNTOS GERAIS. PORTO ALEGRE, 28 DE MARÇO DE 2025. MARIA DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA PIRES – PRESIDENTE.

LOJAS RENNER S.A.

LOJAS RENNER S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 24 de abril de 2025, às 11h, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), de modo exclusivamente digital, por meio de participação: (i) via boletim de voto à distância ou (ii) via plataforma eletrônica, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; 6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** 1. Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram publicadas no dia 21 de fevereiro de 2025, no "Jornal do Comércio" (Porto Alegre) – impresso e online. 2. A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, depositário central, banco escriturador ou diretamente à Companhia. Orientações detalhadas a respeito do preenchimento e envio dos boletins de voto podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração e nos próprios boletins de voto. 3. Adicionalmente, os acionistas que desejarem participar da AGO virtualmente, por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, deverão enviar, **impreterivelmente até às 23:59 do dia 22 de abril de 2025**, ao endereço eletrônico acionistas@lojasrenner.com.br, e-mail com a solicitação de cadastro, contendo as informações e documentos obrigatórios, a saber: (i) Pessoa física: (a) documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); e (b) documentos que comprovem os poderes de representação, no caso de procurador constituído; (ii) Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento: (a) documento de identidade com foto do seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ou, no caso de Fundo de Investimento, o regulamento consolidado e atualizado; e (c) documentos que comprovem os poderes de representação. Em caso de representação por meio de procurador, deverão ser observadas as orientações adicionais, conforme indicado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. 5. Os acionistas encontrarão todos os documentos e informações necessárias para participação na AGO e melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia <http://lojasrenner.mzweb.com.br/> e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a Área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à AGO.

Porto Alegre, RS, 25 de março de 2025.

Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PALMA
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 02/2025

Data de abertura: 09 de abril de 2025.

Horário: 13:30 horas

Local: Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Palma - RS, torna público a realização de licitação na modalidade Concorrência Presencial nº 02/2025, de critério de julgamento de menor preço global, Objeto: Contratação de Empresa especializada de engenharia, para fornecimento de material e mão-de-obra para reforma e modernização da quadra de esportes coberta da comunidade de Santa Terezinha. O edital encontra-se disponível no site www.pmpalma.com.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, na Av. Vinte de Março, 808, ou pelo fone 54-33941110. **Gilberto Szimainski – Prefeito Municipal.**

Comissão Pró-Fundação do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Uruguiana - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária. A Comissão pró fundação do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Uruguiana, por seu representante da categoria e subscritor, Sr. Pedro Paulo da Rosa Dutra, inscrito no CPF sob nº 1XX.6XX.4XX-X5, nos termos da Portaria MTE nº 3.472, de 4 de outubro de 2023, com alterações feitas pela Portaria MTE nº 3.543, de 19 de outubro de 2023, CONVOCA todos os Transportadores Autônomos de Cargas do município de Uruguiana do Estado do Rio Grande do Sul/RS para participarem da Assembleia Geral Extraordinária de fundação, a ser realizada no endereço: Av. Marechal Setembrino de Carvalho, nº 2300 bairro: Ipiranga, Uruguiana/RS CEP 97.507-380 no dia 20 de abril de 2025, às 10h00min em primeira convocação às 10h30min em segunda e última convocação com qualquer número de participantes, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: 1) Leitura do edital; 2) Aprovação da fundação do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Uruguiana; 3) Aprovação do Estatuto Social; 4) Eleição, Apuração e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal; 5) Aprovação da filiação as entidades de grau superior; 6) Assuntos Correlatos. Uruguiana/RS, 21 de março de 2025. **Pedro Paulo da Rosa Dutra - Presidente da comissão pró-fundação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUIPE

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2025 Objeto: CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA MICROGERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA CONECTADA À REDE ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - RGE, EM ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E ANEXOS. Abertura: 10/04/2025. Horário: 09:00h. Edital: Rua Osório Ribeiro Nardes 152, 553336/0000. <https://www.catuipe.rs.gov.br>

Catuipe, 27 de Março de 2025.

PAULO ROBERTO DALLA CORTE, Prefeito Municipal de Catuipe

SLC Agrícola

SLC AGRÍCOLA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11h ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração. 4. Eleger os membros do Conselho de Administração. 5. Deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. 6. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2019, que retificou as Assembleias Gerais Ordinárias de 2016, 2017 e 2018 para fazer constar, especificamente, as contas de reserva para as quais parte do lucro foi destinado e ratificou no restante. 2. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2024 que retificou as Atas das Assembleias Gerais Ordinárias de 2020, 2021, 2022 e 2023 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado, e ratificou no restante. 3. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado. 4. Deliberar sobre o acréscimo de atividade ao objeto social da Companhia. 5. Em decorrência do acréscimo de atividade ao objeto social, alterar a redação do artigo 3º Estatuto Social da Companhia. 6. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 27 de abril de 2025 (inclusive), mediante acesso ao link: https://easyyvoting.allm.adv.br/acionista_wpcconsentimento.aspx?CixW0jdnQS4JAgUx1h1BxdSJKvLVPh9rXXKlI-ijWzDpk3er2xq2BcCbEz_ptn. Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.ricagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). A Companhia solicita que os acionistas apresentem o documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, com instrumento de mandato. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente, nesta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notificação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) A COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto à distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. **Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaou.com.br/securitesservices/assembleiadigital/>.** (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 25 de abril de 2025. Para a requisição da adoção de voto múltiplo, o percentual mínimo de participação no capital votante é de 5% (cinco por cento), conforme estabelece a Resolução CVM nº. 070/2022 ("RCVM 70"). Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Para fins do art. 4. da RCVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.slcagricola.com.br/ri/). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ricagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os acionistas e a administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos. Porto Alegre, 25 de março de 2025. Eduardo Silva Logemann - Presidente do Conselho de Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		
ATIVO	CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	43.519.903,11	35.446.484,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.337.024,89	28.039.221,75
Caixa	113.999,79	142.320,80
Bancos Conta Movimento	426.097,08	970.035,41
Banco Conta Aplicações	31.796.928,02	26.926.865,54
Clientes e Outros Recevíveis	1.801.853,99	1.511.453,29
Sistema Único de Saúde	99.000,00	99.000,00
Outros Créditos	1.702.853,99	1.412.453,29
Estoques	1.603.901,05	1.343.494,24
Estoques	1.603.901,05	1.343.494,24
Outros Valores e Bens	1.082.673,73	1.043.743,73
Adiantamento a Fornecedores	996.226,96	1.004.503,04
Repasse Piso Enfermagem	34.265,78	39.240,69
Outros Valores e Bens	52.180,99	-
Transferecia de Valores	6.694.449,45	3.508.571,91
Transferecia de Valores - Filial	6.694.449,45	3.508.571,91
NÃO CIRCULANTE	38.060.499,36	35.973.662,77
Realizável a Longo Prazo	29.066.303,63	27.234.615,16
Obra Clínica Padre Pedro	28.699.859,36	27.234.615,16
Valores a Receber de Terceiros	366.444,27	-
Investimentos	88.332,40	78.133,25
Títulos de Outras Instituições	88.332,40	78.133,25
Imobilizado	8.900.637,53	8.652.401,03
Terenos	1.612.385,69	1.612.385,69
Prédio e Edifícios	5.400.104,09	5.400.104,09
Utensílios de Copa e Cozinha	4.732,38	4.732,38
Móveis e Utensílios	2.224.670,89	2.036.400,60
Equipamentos por Imagem	3.400.859,12	3.400.859,12
Equipamentos Cirúrgicos	2.565.248,37	1.967.248,37
Arsenal Cirúrgico	630.199,23	622.199,23
Máquinas e Equipamentos	1.381.131,40	1.378.521,40
Incinerador	4.230,72	4.230,72
Oficina	8.975,54	8.975,54
Elevadores	360.149,90	360.149,90
Veículos	166.551,87	166.551,87
Poços Artesianos	18.711,20	18.711,20
Computadores	456.017,06	441.487,06
Semoventes	680,00	680,00
Subestação	13.800,00	13.800,00
Reforma Prédio	237.128,89	217.128,89
Benefeitorias na Granja	127.191,85	127.191,85
(-) Depreciações	(9.712.130,67)	(9.128.956,88)
Intangível	5.225,80	8.513,33
Licença Software	68.189,28	68.189,28
(-) Amortizações	(62.963,48)	(59.675,95)
TOTAL DO ATIVO	81.580.402,47	71.420.147,69

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - O HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOÃO BOSCO, inscrito no CNPJ sob nº 88.654.298/0001-02, estabelecido à Rua Osvaldo Aranha, 978 em São Marcos/RS fundado em 15 de fevereiro de 1932, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de natureza assistencial à saúde. Com reconhecimento de Utilidade Pública Federal conforme portaria nº. 32 de 14 de setembro de 1993 e Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS válido até o dia 31 de dezembro de 2024, conforme Portaria 340 de 03 de agosto de 2022. Através das clínicas médica, cirúrgica, obstétrica e pediátrica, no que se refere a baixa e média complexidade, permite com que os pacientes sejam atendidos de forma ampla, estando a prática assistencial alinhada às normas e rotinas técnicas dos serviços de saúde. Além do mais, possui serviço de diagnóstico por imagem com os serviços de tomografia computadorizada, raio X, mamografia, ecografia e densitometria óssea. A instituição possui serviços completos e adequados ao atendimento de todos os municípios e região, sendo seu foco a preservação da saúde através do cuidado humanizado.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis vigentes, abrangendo a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando a legislação no que diz respeito à filantropia. Os demonstrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2023, de forma a permitir a comparabilidade de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. A Entidade possui duas filiais com atividades iniciadas, denominadas Farmácia Nossa Senhora Aparecida e Residencial Ville Del Bosco, conforme Art. 4º § 1º e 2º de seu Estatuto Social. A contabilização foi realizada de forma centralizada e os demonstrativos contábeis apresentados de forma consolidada, demonstrando aos usuários o resultado do grupo econômico.

NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A Entidade mantém organização e em boa guarda os documentos contábeis, que são compostos por documentos, livros, papéis, registros, relatórios que apoiem e comprovem os lançamentos contábeis. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - 4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/2010 - Demonstração do Fluxo de Caixa e da NBC TG 03 (R4) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; **4.2 Aplicações de Liquidez Imediata:** as aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos até a data de 31 de dezembro de 2024. Sendo a entidade isenta de IRRF. **4.3 Ativos e Passivos Circulantes:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até 360 dias são considerados como circulante. Os créditos a receber referem-se principalmente aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados. **4.4 Estoques:** os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, totalizando no valor de R\$1.603.901,05 (um milhão seiscientos e três mil novecentos e um mil com cinco centavos), sendo R\$ 498.302,54 (quatrocentos e noventa e oito mil trezentos e dois reais com cinquenta e quatro centavos), contabilizados na matriz, referindo-se a medicamentos e materiais hospitalares, de conservação, higiene, lavanderia e gêneros alimentícios; R\$1.095.952,31 (um milhão e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e dois reais com trinta e um centavos) contabilizado na filial FNSA correspondendo a

produtos para revenda; e, R\$9.646,20 (nove mil seiscientos e quarenta e seis reais com vinte centavos) contabilizado na Filial Ville Del Bosco representando materiais de uso e consumo. **4.5 Imobilizado:** os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente pelos índices oficiais até 31/12/1995. As depreciações foram calculadas pelo custo corrigido, pelo método linear dentro dos limites permitidos pela legislação. **4.6 Ativo Intangível:** os ativos intangíveis correspondem a softwares e licenças de direito de uso. São mensurados pelo custo de aquisição e, deduzidos da amortização acumulada. **4.7 Ativo Realizável a Longo Prazo:** o valor constante na conta "Obra Clínica Padre Pedro" corresponde a obra em andamento da instituição, mensurada pelo custo de mão de obra, materiais e custo do projeto. No que se refere a Conta "Realizável a Longo Prazo", demonstra valores a receber que ultrapassam 360 dias. **4.8 As Despesas e as Receitas:** Foram reconhecidas obedecendo ao regime de competência do exercício, de acordo com a legislação fiscal e normas brasileiras de contabilidade. **4.9 Apuração do Resultado:** As Receitas e as Despesas correspondentes ao resultado das transações são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. **5.0 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **5.1 Transferências Internas:** constas classificadas no ativo e passivo destinados a evidenciar as transferências entre Matriz e Filiais.

NOTA 05 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - O superávit do exercício de 2024 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº. 1.409/2012 - ITG 2002 (R1).

NOTA 06 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 07 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDEZ DUVIDOSA - A entidade não possui provisão para créditos de liquidez duvidosa em virtude de a administração entender que a instituição não possui inadimplentes.

NOTA 08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - A entidade elabora a demonstração do fluxo de caixa de acordo com os requisitos técnicos e apresenta-a como parte integrante das suas demonstrações contábeis apresentadas ao final de cada período. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a entidade optou foi o indireto.

NOTA 09 - COBERTURA DE SEGUROS - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores seguros são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 10 - CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - A contabilidade foi elaborada de forma centralizada e as demonstrações contábeis consolidadas ao final do período. **NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - A conta de patrimônio líquido da entidade apresentou um saldo em 31/12/2024 de R\$ 72.836.150,58. O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

NOTA 12 - DA RESERVA DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PATRIMONIAIS - A reserva de Doações e Subvenções Patrimoniais foi criada com a finalidade de custear os atendimentos da instituição hospitalar ao longo de exercícios futuros. É constituída pelos valores recebidos através de convênios firmados, sendo sua remuneração destinada para a prestação de serviços conforme finalidade estatutária da instituição. Neste exercício será baixado o valor de R\$1.000.000,00 que será incorporado ao Patrimônio Social Líquido, não havendo mais saldo a considerar nesta conta.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Membros da Diretoria e Conselhos
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOÃO BOSCO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar

esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**
A administração é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis que apresentem uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOÃO BOSCO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023
Atividades Operacionais			
Superávit do Exercício	7.196.945,06	7.603.682,54	
(+) Depreciações e Amortizações	586.461,32	810.009,71	
Redução/Aumento Contas a Receber	(290.400,70)	167.399,89	
Redução/Aumento Adiantamento Concedidos	8.276,08	(981.420,06)	
Redução/Aumento dos Estoques	(260.406,81)	(44.111,40)	
Outros Valores a Receber	(47.206,08)	-	
Aumento/Redução Transferências Internas	(3.185.877,54)	2.357.418,26	
Aumento/Redução Fornecedores	(226.548,40)	206.905,23	
Aumento/Redução Contas Correntes	31.186,57	3.716,46	
Aumento/Redução Obrigações de Pessoal	72.567,83	14.349,01	
Aumento/Redução Obrigações Previdenciárias	8.742,57	12.408,87	
Aumento/Redução Obrigações Tributárias	17.966,49	7.668,29	
Aumento/Redução Subvenções	(36.820,12)	71.085,90	
Aumento/Redução Adto de Clientes	(92.303,44)	(84.893,88)	
Aumento/Redução Transferências Internas	3.185.877,56	2.357.418,26	
Caixa Líquido Consumido - Atividades Operacionais	6.968.460,39	7.786.800,56	
Atividades de Investimentos			
Aquisições para Imobilizado	(831.410,29)	(945.255,69)	
Aumento/Redução Abertura Filial - Patrimônio social	2.640,66	(157.823,97)	
Investimentos	(10.199,15)	292.481,02	
Realizável a Longo Prazo	(1.831.688,47)	(3.762.555,90)	
Adições do Ativo Intangível	-	1.054,84	
Caixa Líquido Consumido-Atividades de Investimentos	(2.670.657,25)	(4.572.099,70)	
Varição Líquida nas Disponibilidades	4.297.803,14	3.214.700,86	
Acresc/Redução Líquido das Disponibilidades	4.297.803,14	3.214.700,86	
Saldo de Caixa no Início do Período	28.039.221,75	24.824.520,89	
Saldo de Caixa no Final do Período	32.337.024,89	28.039.221,75	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Patrimônio Social	"Superávit/Déficit do Exercício"	Total
Saldo em 31/12/2022	49.655.607,90	8.630.407,43	58.286.015,33
Transf. p/ó Patrimônio Social	8.630.407,43	(8.630.407,43)	-
Patrimônio Social Líquido	(157.823,97)	-	(157.823,97)
Reversão de Reserva Contingência Pandemia	(450.000,00)	-	(450.000,00)
Reversão de Reserva Doações e Subvenções	(1.000.000,00)	-	(1.000.000,00)
Transferencia de reserva p/ó Patrimônio Social	1.450.000,00	-	1.450.000,00
Superávit do Exercício Filial FNSA	-	1.218.045,49	1.218.045,49
Superávit do Exercício Matriz	-	6.290.328,01	6.290.328,01
Saldo em 31/12/2023	58.128.191,36	7.508.373,50	65.636.564,86
Transf. p/ó Patrimônio Social	7.508.373,50	(7.508.373,50)	-
Receita de Capital transferida p/ó Patrimônio	2.640,66	-	2.640,66
Reversão de Reserva Contingência Pandemia	(1.000.000,00)	-	(1.000.000,00)
Transferencia de reserva p/ó Patrimônio Social	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Superávit do Exercício Filial FNSA	-	1.443.844,67	1.443.844,67
Deficit do Exercício Filial Ville Del Bosco	-	(381.668,66)	(381.668,66)
Superávit do Exercício	-	6.134.769,05	6.134.769,05
Saldo em 31/12/2024	65.639.205,52	7.196.945,06	72.836.150,58

NOTA 13 - DOS FINS FILANTRÓPICOS E DE ASSISTENCIA SOCIAL - A Entidade atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde. No atendimento de seus objetivos ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento medidos por paciente dia e cumpriu as metas qualitativas e quantitativas e de atendimentos ambulatoriais estabelecidos com o Gestor.

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS - Através da Portaria nº Portaria 340 de 03 de agosto de 2022, o Hospital Beneficente São João Bosco renovou seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024. Através do protocolo 25000.190314/2024-00 de 17/12/2024 encaminhou a renovação tempestiva do CEBAS SAÚDE. A instituição formalizou sua contratualização com o Gestor Local do SUS, mantendo também atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNE/S).

NOTA 15 - SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Durante o exercício de 2024 houve recebimento de incentivos para complementação de custeio e subvenções do governo estadual e federal. Abaixo valores recebidos em 2024:

Incentivos Governamentais	
CONCEDENTE	2024
INTEGRA SUS	R\$ 23.768,88
Incentivo de Apoio a Contratualização – IAC	R\$ 394.127,04
Programa Assistir	R\$ 966.924,00
TOTAL	R\$ 1.384.819,92

Subvenções:	
CONCEDENTE	2024
PORTARIA SES 160/2024	R\$ 100.000,00
PORTARIA 3674 DE 29/04/2024	R\$ 328.079,00
PORTARIA 3626 DE 29/04/2024	R\$ 150.000,00
PORTARIA 4779 DE 19/07/2024	R\$24.414,72
PORTARIA SES 301/2024	R\$ 100.000,00
TOTAL	R\$ 702.493,72

NOTA 16 - ISENÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
A entidade foi beneficiada com a isenção da Quota Patronal sobre a folha de pagamento e Pis/s/foha de pagamento. Abaixo demonstrativo da Matriz e Filial Farmácia Nossa Senhora Aparecida:

	Matriz	Filial FNSA	Filial Ville	Consolidado
Isenção Quota Patronal	R\$926.771,49	R\$376.662,19	R\$88.768,28	R\$1.392.201,96
Isenção Pis s/ Folha	R\$33.337,12	R\$12.809,99	R\$2.959,22	R\$49.106,33
Total:	R\$960.108,61	R\$389.472,18	R\$91.727,50	R\$1.441.308,29

NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - Atendendo aos dispositivos do art. 150, inciso VI, alínea C, parágrafo 4º e art. 195 parágrafo 7º da Constituição Federal, a Instituição é imune de tributação de impostos sobre a renda, o patrimônio e serviços. Para usufruir desta a instituição segue os requisitos estabelecidos pela legislação, dentre eles: não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado; Aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 18 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE - A Entidade ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Sistema de Comunicação de Internação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);

São Marcos/RS, 31 de dezembro de 2024

Sérgio Luiz Bertolozzi Presidente CPF: 280.291.600-97	Micheli Luchi Contadora – CRC-RS 084758 CPF: 010.306.080-40
--	--

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter

Greve de petroleiros envolve plano de carreira

Sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se preparam para uma greve de 24 horas.

Os trabalhadores protestam contra a redução dos dias em home office, diminuição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e cobram contratação de funcionários, criação de plano integrado de carreiras e melhores condições para prestadores de serviços.

Na lista de reivindicações os sindicatos também está o equacionamento do déficit do plano Petros, previdência complementar privada dos colaboradores da estatal.

A estatal disse que foi notificada oficialmente pelas entidades sindicais sobre a mobilização e que tem mantido diálogo aberto com as entidades sindicais sobre os ajustes ao modelo híbrido de trabalho.

Segundo Eduardo Henrique, secretário-geral da FNP, o debate sobre o home office é um dos principais motivos para a greve. Ele menciona que houve uma paralisação de funcionários administrativos, também de 24 horas, no último dia 26, sobre o tema.

A partir de abril, começará a valer a redução de um dia de trabalho remoto, com três dias presenciais por semana. Atualmente, funcionários da empresa trabalham presencialmente dois dias por semana, exceto os gerentes.

As entidades também cobram que a estatal não diminua a remuneração variável, pagamento extra ao salário que é definido de acordo com o desempenho do funcionário e da empresa. Segundo as entidades, a estatal apresentou, em dezembro do ano passado, um plano de redução de 30% do benefício. A definição pode impactar o Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Programa de Resultados e Desempenho (PRD) e abono anual.

A greve também se mobiliza contra a gestão de Magda Chambrind à frente da Petrobras, segundo representantes dos trabalhadores. As entidades afirmam que a atual administração tem tido pouco diálogo com trabalhadores e reivindicam que os canais de negociação sejam fortalecidos.



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparativamente a 31 de dezembro de 2023 e, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e alterações posteriores e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no link <https://dj.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. A Administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados. Erechim/RS, 27/03/2025. **A Administração.**

Balanco Patrimonial - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		230.342	197.243
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	43.019	29.137
Contas a Receber de Clientes	5	98.565	69.787
Estoques	6	70.778	81.955
Impostos a Recuperar	7	4.086	12.710
Adiantamentos		1.304	1.434
Adiantamentos de Arrendamento		907	907
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	9.917	165
Despesas Antecipadas		1.075	623
Outras Contas a Receber		691	525
Ativo Não Circulante		313.895	297.189
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.928	2.448
Impostos a Recuperar	7	7.138	8.370
Impostos Diferidos	15	2.649	3.108
Adiantamentos de Arrendamento		8.468	9.374
Imobilizado	8	278.129	257.086
Intangível	9	3.164	3.182
Direito de Uso	10	12.419	13.621
Total do Ativo		544.237	494.432
Passivo Circulante		151.866	169.370
Fornecedores	11	58.941	52.010
Empréstimos e Financiamentos	12	41.640	67.111
Obrigações Trabalhistas	13	13.929	15.683
Obrigações Tributárias	14	7.067	4.282
IRPJ e CSLL a Pagar	15	1.104	-
Adiantamentos de Clientes		3.150	2.686
Dividendos a Pagar		8.273	19.468
Passivo de Arrendamento	16	3.661	2.648
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	8.994	1.465
Outras Contas a Pagar		5.107	4.017
Passivo Não Circulante		168.665	125.289
Empréstimos e Financiamentos	12	149.963	107.117
Provisões para Contingências	17	2.140	3.360
Tributos Diferidos	15	9.062	4.018
Obrigações Tributárias	14	59	215
Passivo de Arrendamento	16	7.115	10.217
Passivo Atuarial	18	326	362
Patrimônio Líquido	19	223.706	199.773
Capital Social		92.303	92.303
Reserva de Lucros		125.826	101.869
Ajuste de Avaliação Patrimonial		5.577	5.601
Total do Passivo e Patr. Líquido		544.237	494.432

Demonstração do resultado			
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida de Vendas	20	656.104	670.100
Custo dos Produtos Vendidos	21	(453.213)	(405.427)
Lucro Bruto		202.891	264.673
		(137.582)	(149.146)
Despesas Vendas	21	(89.608)	(96.494)
Despesas Administrativas	21	(51.901)	(43.584)
Despesas Tributárias	21	(3.154)	(16.205)
Outras Receitas Operac. Líquidas	21	7.081	7.137
Resultado antes do Resultado Financeiro		65.309	115.527
Resultado Financeiro		(11.441)	(20.839)
Receitas Financeiras	22	135.838	30.249
Despesas Financeiras	22	(147.279)	(51.088)
Lucro antes dos Impostos e Contribuições		53.868	94.688
Impostos Correntes	15	(14.619)	(14.194)
Impostos Diferidos	15	(5.539)	8
Lucro Líquido do Exercício		33.710	80.502
Ações do Capital Social no Final do Exercício (em Milhares)		92.303	92.303
Lucro Líquido por Ações do Capital Social no Fim do Exercício (em R\$)		0,37	0,87

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma									
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes		Lucros Acum.	Total
			Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrim.	Vir. justo do Passivo Atuarial			
Saldos em 31/12/2022	55.100	6.851	37.203	49.753	5.225	66	-	154.197	
Ajuste de Reserva de Retenção de Lucros	-	(351)	-	351	-	-	-	-	
Aumento de Capital	37.203	-	(37.203)	-	-	-	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	80.502	80.502	
Constituição de Reserva Legal (Nota 19)	-	4.025	-	-	-	-	(4.025)	-	
Dividendos Obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(5.626)	(5.626)	
Dividendos Complementares (Nota 19)	-	-	-	(10.616)	-	-	(11.426)	(22.042)	
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(5.531)	(5.531)	
Emissão de Títulos Partes Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	(2.415)	(2.415)	
Constituição de Reserva para Incentivos Fiscais	-	-	45.708	-	-	-	(45.708)	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	377	(452)	-	-	(75)	
(-) Tributos Difer. s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	724	-	-	724	
Transferência Reservas de Lucros	-	-	-	5.771	-	-	(5.771)	-	
Ajuste de Avaliação de Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	38	-	38	
Saldos em 31/12/2023	92.303	10.525	45.708	45.636	5.497	104	-	199.773	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	33.710	33.710	
Constituição de Reserva Legal (Nota 19)	-	1.686	-	-	-	-	(1.686)	-	
Dividendos Obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(7.262)	(7.262)	
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(1.806)	(1.806)	
Emissão de Títulos Partes Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	(1.011)	(1.011)	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	325	(108)	-	-	217	
(-) Tributos Difer. s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	37	-	-	37	
Transferência Reservas de Lucros	-	-	-	21.946	-	-	(21.946)	-	
Ajuste de Avaliação de Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	47	-	47	
Saldos em 31/12/2024	92.303	12.211	45.708	67.907	5.426	151	-	223.706	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Peccin S.A. (a "Companhia" ou "Peccin") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 15 de fevereiro de 1956, com sede em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem como atividade principal a industrialização e comercialização nacional e internacional de balas, gomas de mascar, pirulitos, chocolates em geral. A Companhia é controlada pelas empresas: Holding Foco Participação, Dipar Participações, DGM Participações e pelo Sr. Dirceu Gilmar Pezzin. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Administração aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia em 20 de março de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) bem como passivo atuarial, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.16. **2.2 Mudanças de políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos

variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura liquidada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais nas divulgações efetuadas pela Companhia. **2.3 Principais Eventos Ocorridos em 2024: Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul:** No mês de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi afetado por chuvas que acarretaram enchentes em várias regiões. As enchentes ocasionaram danos em propriedades, estradas, empresas e na economia de cada localidade atingida. As enchentes não atingiram a região onde a Companhia está sediada. Mesmo assim, houve monitoramento dos efeitos das enchentes nas operações. Foram concedidos prorrogação de prazo de pagamento para os clientes afetados e ajustes operacionais para garantir a efetividade das entregas dos produtos vendidos. A Companhia destaca que não houve impactos contábeis e financeiros significativos relativos a este evento. **Impactos do aumento do preço do Cacau em 2024:** No exercício de 2024, a Companhia enfrentou desafios significativos devido ao expressivo aumento no preço do cacau, matéria-prima essencial para a produção de wafers com cobertura de chocolates. A alta foi impulsionada por fatores como condições climáticas adversas nas principais regiões produtoras, restrições na oferta global e aumento na demanda do mercado internacional. Como consequência, os custos de produção foram substancialmente elevados, impactando as margens operacionais da Companhia. Para mitigar esses efeitos, foram adotadas estratégias como ajustes na precificação dos produtos, otimização da cadeia de suprimentos e revisão de contratos com fornecedores. Apesar dessas medidas, o cenário adverso influenciou o desempenho financeiro da Companhia, refletindo-se nos resultados do período. A Companhia segue acompanhando atentamente o mercado de cacau e buscando alternativas para minimizar impactos futuros, garantindo a sustentabilidade do negócio e a qualidade dos produtos. **Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se em monitorar possíveis impactos em preços de matérias primas e commodities que possam sofrer oscilações em função de efeitos climáticos, realiza busca por soluções sustentáveis, tratamento de efluentes e

Demonstração do Resultado Abrangente - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
		2024	2023
Resultado Líquido do Exercício		33.710	80.502
Valor Justo do Passivo Atuarial		47	38
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(108)	(452)
Efeito Fiscal		37	724
Total do Resultado Abrangente do Exercício		33.686	80.812

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		33.710	80.502
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações	8-9	17.622	12.903
Alienação do Ativo Imob. e Intangível		354	899
AVP Clientes	5	499	28
Perda Estimada c/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5	(977)	1.976
Reconhecimento CPC 47 - Receitas	5	6.941	1.449
Impostos Diferidos	15	(5.539)	8
Provisão para Contingência	17	1.220	(1.247)
Passivo Atuarial	18	400	263
Variações Cambiais, Líquidas	22	(33)	230
Juros sobre Empréstimos			
Provisionados e Arrendamentos	12-16	23.091	21.223
		77.288	118.234
Varição de Saldos de Ativo e Passivos e Outros		(35.241)	(14.438)
(Aumento) Redução de Clientes		11.178	(22.497)
(Aumento) Redução de Estoques		9.855	(5.777)
(Aumento) Redução dos Impostos a Recuperar		130	(608)
(Aumento) Redução de Adiantamentos		907	(10.283)
(Aumento) Redução de Adiant. de Arrend.		(452)	(132)
(Aumento) Redução das Desp. Antecipadas		(9.918)	1.146
(Aumento) Redução de Fornecedores		6.931	6.884
(Aumento) Redução de Obrigações Trabalhistas		348	(1.742)
(Aumento) Redução das Obrig. Tributárias		2.784	15.103
(Aumento) Redução de Adiant. de Clientes		464	(1.137)
(Aumento) Red. de Adiant. de Arrendamento		(2.087)	12.864
(Aumento) Redução de Pensões		(37)	(126)
(Aumento) Redução de Outras Obrigações		8.431	1.445
		70.581	98.936
IR e CS Pagos		(14.619)	(16.007)
Juros Pagos	12-16	(21.538)	(22.439)
Caixa Líq. Gerado pelas Ativ. Operac.		34.423	60.490
Fluxos de Caixa de Ativ. de Investimentos		(39.211)	(103.607)
Aquisição de Intangível	9	(563)	(15.037)
Aquisição de Imobilizado	8	(38.648)	(88.570)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(39.211)	(103.607)
Fluxos de Caixa das Ativ. de Financ.		(17.053)	(23.827)
Dividendos Pagos	19	(1.806)	(5.725)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	19	(2.415)	(3.095)
Partes Beneficiárias Pagas			
Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento	12-16	(87.874)	(176.339)
Captação de Emprést. e Financ.	12	100.052	203.281
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado às) Ativ. de Financiamentos		(9.096)	(5.705)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		13.882	(48.822)
Saldo Inicial do Caixa e Equiv. de Caixa	4	29.137	77.958
Saldo Final do Caixa e Equiv. de Caixa	4	43.019	29.136

menores fontes poluidoras. Os fatores de risco relacionados às mudanças climáticas, embora incertos, continuarão a ser acompanhados pela Administração. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma

Jornal do Comércio 91
O jornal de economia e negócios do RS ANOS

CONECTE-SE AO JORNAL
MAIS COMPLETO
SOBRE ECONOMIA
E NEGÓCIOS DO
SUL DO PAÍS!

ASSINE AGORA



Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

SLC - MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ 18.531.594/0001-22

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **Endereços Eletrônicos:** <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração

SLC MIT Empreendimentos Agrícola S/A, em conformidade com suas obrigações legais e compromisso com a transparência, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício fiscal de 2024, destacando os principais resultados operacionais e financeiros da empresa.

1. Panorama do Setor Agrícola: No ano de 2024, o setor agrícola enfrentou desafios como variações climáticas, oscilações nos preços de commodities e custos de insumos elevados.

2. Resultados Operacionais

Em 2024, a companhia registrou uma redução de 56,7% no resultado bruto, quando comparado ao ano anterior, impactado pela diminuição nas margens das culturas de soja e algodão em pluma. Esse desempenho, aliado ao incremento nas despesas financeiras, resultou em um prejuízo líquido de R\$ 55.493 mil.

3. Desempenho Financeiro

Em 2024, os principais indicadores financeiros incluem: • Receita líquida de R\$ 565.614 mil; • Prejuízo de R\$ 55.493 mil, representando redução de 264,03% em relação ao ano anterior; • Capex de R\$ 28.363 mil substancialmente representado pelo investimento em correção de solo; • EBITDA de R\$ 77.645 mil e margem EBITDA de 14,1%.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa.....	34.095	128.163	58.034	139.758	Fornecedores	68.856	46.887	141.293	116.618
Contas a receber de clientes.....	20.878	13.706	31.531	16.936	Empréstimos e financiamentos	22.994	43.820	62.984	118.184
Estoques.....	160.780	166.357	295.988	309.785	Impostos, taxas e contribuições diversas	468	10.267	928	11.829
Ativo biológico	72.726	79.421	154.224	149.319	Obrigações sociais e trabalhistas.....	2.944	4.206	6.054	8.619
Tributos a recuperar.....	5.675	10.793	11.904	15.509	Provisões para riscos tributários e trabalhistas.....	-	162	305	210
Outros Ativos Circulante.....	21.321	16.892	23.788	29.388	Dividendos a pagar.....	-	8.035	-	8.035
Total do ativo circulante.....	315.475	415.332	575.469	660.695	Passivo arrendamento com partes relacionadas	7.515	6.446	17.293	38.048
Não circulante					Passivo arrendamento com terceiros	2.416	1.954	10.444	7.836
Realizável a longo prazo	23.055	14.285	120.377	48.227	Adiantamento de clientes	12.817	29.645	19.264	39.088
Investimentos.....	-	36.548	-	-	Outros passivos circulante	42.696	37.311	92.835	52.835
Ativo de direito de uso.....	184.762	206.539	412.796	349.924	Total passivo circulante	160.706	188.733	351.400	401.301
Imobilizado	55.449	51.829	153.890	150.516	Não circulante				
Total do ativo não circulante	263.266	309.201	687.063	548.667	Empréstimos e financiamentos	40.158	45.240	339.104	189.430
Total do ativo	578.741	724.533	1.262.532	1.209.362	Perda de investimento em controlada	48.999	-	-	-
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.493	18.275	6.493	18.275
					Passivo de arrendamento com partes relacionadas	200.602	208.925	369.063	269.946
					Passivo de arrendamento com terceiros	3.849	4.921	69.764	69.940
					Operações com derivativos	7.899	12	16.673	2.043
					Total passivo não circulante.....	308.000	277.373	801.097	549.634
					Patrimônio líquido				
					Capital social	109.981	109.981	109.981	109.981
					Reservas de lucros.....	32.831	128.324	32.831	128.324
					Outros resultados abrangentes	(32.777)	20.122	(32.777)	20.122
					Total patrimônio líquido	110.035	258.427	110.035	258.427
					Total passivo e patrimônio líquido.....	578.741	724.533	1.262.532	1.209.362

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida.....	291.801	273.999	565.614	532.778
Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	37.613	112.085	(16.658)	95.788
Custo dos produtos vendidos.....	(267.106)	(258.387)	(491.730)	(496.476)
Custo dos produtos	(219.470)	(170.920)	(501.788)	(385.803)
Realização do valor justo dos ativos biológicos.....	(47.636)	(87.467)	10.058	(110.673)
Resultado bruto	62.308	127.697	57.226	132.090
Recargas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(13.890)	(11.569)	(27.746)	(24.338)
Despesas gerais e administrativas	(8.187)	(8.703)	(15.002)	(15.002)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.520)	(33.491)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.747)	(218)	(1.976)	512
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(77.344)	(53.981)	(44.724)	(38.828)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(15.036)	73.716	12.502	93.262
Resultado financeiro	(41.486)	(5.891)	(96.164)	(43.164)
Resultado antes dos impostos	(56.522)	67.825	(83.662)	50.098
Imposto de renda e contribuição social	1.029	(33.994)	28.169	(16.267)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(55.493)	33.831	(55.493)	33.831

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades operacionais	14.006	63.577	(13.136)	67.872
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento.....	(10.996)	(12.523)	(29.303)	(29.470)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos.....	(97.078)	(9.548)	(39.285)	(2.381)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(94.068)	41.506	(81.724)	36.021
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	128.163	86.657	139.758	103.737
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	34.095	128.163	58.034	139.758
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(94.068)	41.506	(81.724)	36.021

ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrem conta a receber de clientes e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. *Passivos financeiros não derivativos:* O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar. *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:* A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. No momento da designação inicial do hedge, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O Grupo avalia, se os objetos de hedge previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de hedge. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. *Hedges de fluxos de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (hedged) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilidade de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa.

Conselho de Administração

Eduardo Silva Logemann - Presidente
Shinya Sosogi - Vice-Presidente
Aurélio Pavinato - Conselheiro
Jorge Luiz Silva Logemann - Conselheiro
Yoshinori Ikeda - Conselheiro

Diretoria

Aurélio Pavinato
Ivo Marcon Brum
Gustavo Macedo Lunardi

Contador

Aline Antunes e Silva CRC MA-010576/O-0

Relatório da Auditoria

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2025, sem modificações. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 21 de março de 2025.

1. Contexto operacional

Fundada em 04 de julho de 2013, a SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., a seguir denominada como "Controladora", "SLC-MIT" ou "Companhia", e sua controlada (conjuntamente referidas como "o Grupo") têm como objeto social as atividades de agricultura; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agrícolas primários e mercadorias aos seus funcionários; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos; e atividade de armazém geral.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBC TG"). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2025. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino; • Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido. c) **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. d) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. e) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício de julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Natureza

Mensuração do valor realizável líquidos dos produtos agrícolas
Mensuração do valor justo de ativos biológicos
Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
Provisões para riscos ambientais, civis, trabalhistas e tributários e passivos contingentes
Imposto de renda e contribuição social diferidos
Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

3. Resumo das principais políticas contábeis

Ativo biológico: Com base no Pronunciamento técnico CPC 29 (R2), a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período. Os ativos biológicos da Companhia são representados por culturas e por plantel de rebanho bovino. *Culturas em formação:* Com base no Pronunciamento técnico CPC 29 (R2), a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período. Os ativos biológicos da Companhia são representados por culturas e por plantel de rebanho bovino. As culturas são substancialmente formadas por soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas após a colheita são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos de culturas são mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica significativa, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos de produção incorridos e a incorrer. O CPC 46, no item 72, para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, estabelece uma hierarquia de valor justo. A mensuração a valor justo do ativo biológico das culturas inclui preços cotado em mercado ativo, ajustados para refletir novas informações, o que resulta na classificação como nível 3. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto. O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se abordagem de renda onde converte-se valores futuros (fluxos de caixa descontado para um único valor presente descontado), considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado (preços fazenda) / preços dos contratos. (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas. Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações de valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. A aplicação do CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, no item 66, aborda que, se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão. A Companhia captura os efeitos existentes nos seus contratos na mensuração a valor justo dos seus ativos biológicos, considerando em sua premissa de preço o valor dos seus contratos. *Rebanhos:* Os ativos biológicos formados por plantel de rebanho bovino são formados por gado recria e gado engorda e são avaliados pelo valor justo, pela metodologia de mercado, deduzindo-se as despesas de vendas, custos de aquisição, desde o seu registro no estoque ou na época da desmama para os bezerros nascidos, até o momento do seu abate. Em relação a hierarquia de valor justo, a mensuração do rebanho de gado bovino está classificada como nível 1 - preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos. A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado nas regiões considerando o mercado principal e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma, a mensuração é baseada na arropa, na raça e na faixa etária e os custos necessários para colocação em condição de venda. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. *Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:* O Grupo reconhece os empréstimos e recebeíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Custo amortizado:* Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80
NIRE 4330007766
Em Recuperação Judicial

Aos Aclionistas da Moínhos de Trigo Indígena S.A. - MOTRISA - Porto Alegre/RS
Prezados (as) Senhores (as): Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria
André Reinaldo-Diretor Superintendente
Eloeste Ludwig-Diretor Executivo

Table with 2 main sections: 'Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)' and 'Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)'. Includes columns for Ativo Circulante, Não Circulante, Passivo Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo/Passivo.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Summary table for 'Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)' showing Prejuízo do Exercício and Resultado Abrangente Total.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table showing 'Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)'. Columns include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Prejuízo líquido do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2023, and Saldo em 31 de dezembro de 2024.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando mencionado diferente)

1.Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou 90 anos em 25 de junho de 2024, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE. Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estas massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades. Os Relatórios, do Auditor Independente e das Notas Explicativas completas estão disponíveis na sede da Companhia e na página da Central de Balanços na internet https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes. 1.1 Recuperação Judicial: A forte elevação nos preços do trigo no mercado mundial, provocados pelas (i) mudanças climáticas, (ii) redução da oferta em função da guerra entre a Rússia e Ucrânia e (iii) pela desvalorização do Real frente ao Dólar com impacto direto nos custos haja vista que o Brasil não é autossuficiente na produção desta commodity, impactou significativamente a estrutura de custos e a geração de caixa da Motrisa, promovendo um estrangulamento financeiro tão forte que a Administração da Companhia entrou com pedido de recuperação judicial de forma a manter a continuidade das suas operações. Em 02 de outubro de 2023 o Juiz da 14ª Cível de Aracaju/SE deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Motrisa sob número 202311401823. Abaixo segue uma breve descrição sobre o estágio da Recuperação Judicial: A recuperação judicial foi ajuizada em 05/09/2023 e o deferimento do processamento se deu em 02/10/2023. O valor do passivo sujeito à recuperação judicial soma R\$ 93.764.203,26 (Noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e seis centavos) em moeda corrente mais USD 9.488.566,64 (Nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) em dólares norte americano. Em 18/10/2023 foi publicado o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, contendo a relação de credores sujeitos à recuperação judicial apresentada pelas recuperandas. Com a publicação do referido edital, abriu-se prazo de 30 (trinta) dias corridos para que credores apresentem objeções ao plano de recuperação judicial e prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de impugnações de créditos. Em 01/12/2023, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acompanhado dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos das recuperandas. A Assembleia Geral de Credores (AGC) foi realizada em primeira convocação no dia 02/10/2024 às 09:00 horas, e em segunda convocação foi realizada no dia 09/10/2024 às 09:00 horas, presidida pelos Administradores Judiciais. Os Administradores Judiciais juntaram ao processo em 09/10/2024, uma petição informando que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por 70,52% do total do crédito presente à Assembleia Geral de Credores (AGC). Na Classe I foi aprovado por 100% dos credores presentes (por cabeça), na Classe II foi aprovado por 69,74% dos créditos presentes (valor), na Classe III foi aprovado por 71,45% dos créditos presentes (valor) e na Classe IV foi aprovado por 87,50% dos credores presentes (por cabeça). Requereram a juntada da Ata assinada referente à Assembleia Geral de Credores, segunda convocação, realizada em 09/10/2024, tendo como anexos: adequação das cláusulas 10.1.5.1.1, 10.1.5.1.1.1, 10.1.5.1.1.2, 10.1.5.1.10, 15.4 e inclusão da cláusula 1.1.8 do instrumento de transação do anexo III do plano de recuperação judicial; resumo de presença e votos; chat referente a participação virtual dos credores; lista presença; resumo dos credores presentes pela modalidade virtual; apresentação do plano; ressalva do credor Cargill; ressalva do credor Banco do Nordeste do Brasil S.A. Em 10/12/2024, foi homologado e concedido o Plano de Recuperação Judicial, atualmente em fase de recurso. 1.2 Continuidade operacional: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 26.141.571,57, possui um passivo circulante de R\$ 64.377.287,27 bem como um passivo não circulante de R\$ 186.202.400,10, tendo na sua composição a maioria originada de financiamentos e empréstimos, inclusive de uma dívida repactuada em 2020, em dólares norte-americanos de US\$ 9,5 milhões e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 deve-se, principalmente a: i) elevadas despesas financeiras (juros) decorrentes de empréstimos e financiamentos e a variação do dólar contribuindo negativamente no resultado em contra partida com a elevação da dívida em moeda estrangeira; ii) elevação no preço do trigo em consequência, iii) a impossibilidade de repasse do reajuste ao cliente com perda de competitividade e, iv) redução de faturamento. Diante desse cenário, a Administração da Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (Lei 11.101/05), com o objetivo de permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, já homologado em 10/12/2024, aguardando a fase recursal, para que possa permitir o equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional. Na avaliação da Administração da Companhia o plano possibilitará a realização de acordos com a maioria dos credores do Grupo Motrisa. A Administração acredita ainda que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado e homologado, fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das companhias do Grupo Motrisa. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. 1.3 Preço base do trigo: O ano de 2024 foi marcado por oscilações no mercado de trigo, dentro e fora do país, causados principalmente pela movimentação dos preços e as condições climáticas, que afetaram diretamente a produtividade e consequentemente toda cadeia de farinha e farelo. Foi o ano marcado pelo aumento em 60% no volume importado comparado ao mesmo período de 2023. 2. Base de Preparação: 2.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. 2.2 Base de mensuração e moeda funcional: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico ocorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em "Reais" (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Determinação do Valor Justo: A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para aquele ativo ou passivo específico. 3. Descrição das Principais Políticas Contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria "mantidos até o vencimento". b. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado. c. Usos de estimativas e julgamentos: As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas. d. Instrumentos financeiros: Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. e. Estoques: Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. f. Ajustes a valor presente: Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil. g. Investimento em controlada: As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. Em 2024 e 2023 não foi reconhecido a equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante. h. Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 15. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração de resultado. Em 10 de setembro de 2020 a Diretoria da Companhia contratou a companhia Ibaeon Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda. para implantar rotinas, normas e procedimentos; levantamento físico; conversão de dados; conciliação físico-contábil; saneamento base de dados; fornecimento de etiquetas de alumínio com QR CODE; avaliação de contas de investimentos; e teste de impairment (recuperabilidade) para atendimento à Lei 11.638/2007 e os CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 Ativo Imobilizado, entretanto, pela complexidade do projeto não foi possível concluir dentro do exercício 2020, portanto, os efeitos foram reconhecidos no exercício de 2022. i. Intangível: Ativos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 16. j. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício. k. Empréstimos e financiamentos: São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. l. Parcelamentos: Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ - Secretarias de Fazenda se referem ao ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações. A companhia aderiu ao reparcamento em maior número de parcelas, concedidas pelo fisco em função da condição dada a contribuintes em recuperação judicial. m. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. n. Reconhecimento das receitas: A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. o. Ativo não circulante mantido para a venda: A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. p. Subvenção governamental: Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado. 4. Investimento: A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da companhia inoperante, em 2024 e 2023 não foi reconhecido a equivalência patrimonial do investimento. O saldo em 31/12/2024 é de R\$ 4.897,00 (em 2023 era de R\$ 4.897,00).

Demonstração do Fluxo de Caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table showing 'Demonstração do Fluxo de Caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)'. Columns include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamentos, and Demonstração do aumento (red.) nas disponibilidades.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Table showing 'Composição dos saldos' for '5. Imobilizado' and '6. Intangível'. Columns include Custo, Depreciação acumulada, 31/12/2024, 31/12/2023, Tx. médias anuais de deprec., Movimentação do Imobilizado, Adições e transferências, Baixas e transferências, and Depreciação 31/12/2024.

continua...

...continuação

		
CNPJ Nº 88.447.032/0001-80 NIRE 4330007766 Em Recuperação Judicial		
7. Provisões para Contingências	2024	2023
Descrição		
Trabalhistas (a)	577.157,09	565.933,63
Cíveis (b)	86.909,34	86.909,34
Honorários advocatícios (c)	1.097.894,83	1.097.894,83
Total	1.761.961,26	1.750.737,80

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante. a) As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício. b)

Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível. c) A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos. A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de dezembro de 2024 totalizavam o montante de aproximadamente R\$ 79.171.101,72 (R\$ 79.171.101,72 em 2023).

8. Patrimônio líquido e destinação de resultados: a. **Capital Social:** Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

9. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada

pelo seu valor nominal. Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da aquisição de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R\$ 6.523.839,33 (R\$ 9.795.910,05 em 2023), alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas.

10. Receita Líquida de Vendas

	2024	2023
Receita bruta		
Farinhas de trigo e derivados	137.064.631,42	171.853.154,28
(29.194.180,10)	(34.705.478,04)	(39.742.702,66)
Marketado interno	137.064.631,42	171.853.154,28
Deduções sobre vendas	(29.194.180,10)	(34.705.478,04)
Tributos	(32.877.248,90)	(39.742.702,66)
Incentivo fiscal PSDI	5.920.384,23	9.795.910,05
Devoluções	(2.237.315,43)	(4.758.685,43)
Receita líquida	107.870.451,32	137.147.676,24

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Fernando Munhós Thormann Presidente	André Reinaldo - Diretor Superintendente
Meline Camargo Matiotti Vice-Presidente	Eloeste Ludwig - Diretor Executivo
Anécia Severina Pereira Thormann Conselheira	Maria Rosiane Souza Silva Contadora CRC SE-004644/O-2 CPF 479.231.725-87
Henrique Longo Thormann Conselheira	
Marlene Kerber Mello Godoy Conselheira	
Pedro Tocchetto Thormann Conselheiro	

Com preço em alta, ladrões furtam até café no pé em Minas

A alta recorde na cotação do café tem provocado um temor até então quase não existente entre cafeicultores do interior de Minas Gerais, maior produtor do mundo: se antes os produtores rurais temiam perder máquinas, implementos e fertilizantes, agora estão se preocupando até mesmo com furtos de café ainda no pé. Cotado a mais de R\$ 2.500 a saca de 60 quilos, o café se transformou em alvo fácil, seja do crime organizado, seja de pequenos ladrões, em pequenas e grandes lavouras mineiras.

Nos últimos meses, produtores principalmente do sul de Minas, mas também do Triângulo Mineiro e da Zona da Mata, têm mostrado preocupação com a perda de parte da produção e a violência no campo. A maioria integra a agricultura familiar, e qualquer prejuízo no campo causa reflexos no orçamento no decorrer do ano. A avaliação de agentes de segurança, dirigentes de associações e produtores é de que o café se tornou tão lucrativo para criminosos que furtar o grão é mais vantajoso do que roubar outros bens na zona rural.

Os casos de pequenos furtos têm se sucedido nos últimos 12 meses nas lavouras mineiras, normalmente praticados por ladrões sozinhos e à noite, para tentar chamar menos a atenção nas propriedades. Foi o que aconteceu no mês passado, em Illicínea, no sul de Minas, quando um homem que furtava café diretamente dos pés foi detido com uma saca cheia de grãos e galhos.

Em Campestre, ainda em 2024, ladrões furtaram durante a noite café direto no pé e, em São Sebastião do Paraíso, o criminoso foi além, ao furtar pés de café recentemente plantados. “Vocês sabem o preço que está o café, né? Vocês já imaginaram como que vai ser a segurança desses produtores nessa próxima safra, com o preço do café lá em cima?”, questionou num vídeo o prefeito de São Sebastião do Paraíso, Marcelo Moraes (PSD), em que ele narra o ocorrido.

Embora registrado desde o ano passado, o problema tem ganhado escala com as seguidas valorizações no preço do café arábica. Cotada na última sexta (21) a R\$ 2.553, a saca do café iniciou 2025 custando R\$ 2.241, enquanto um ano antes valia R\$ 1.003, em valores nominais, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avan-

çados em Economia Aplicada), da Esalq/USP. Em dólares, o preço saltou de US\$ 204,34, no começo do ano passado, para US\$ 363,65, no início deste ano - e US\$ 446,68, na última sexta. Em Machado, um ladrão apanhou café em uma rua de um sítio, num período em que a saca custava R\$ 1.400. À época o furto, de cerca de seis sacas, gerou prejuízo de R\$ 8.400 ao cafeicultor - R\$ 15 mil, na cotação atual.

“A gente vai cercando, tem câmara, porteira, muitos cachorros, mas está difícil. Até roubo de café no pé. Acho que eu tenho mais medo de ser roubado no pé do que no barracão. Porque a gente mora meio afastado, a estrada é estreita, passa muito vizinho. Mas as lavouras ficam longe. Com o café nesse preço, para o cara ir lá e apanhar um saco de café basta meia hora”, disse o cafeicultor Zuliander Silva, 34, de Alpinópolis.

A preocupação com a safra deste ano fez com que ele e seus vizinhos marcassem uma reunião para discutir a insegurança no campo. “Se deixar ensacado, adeus, aí que eles [ladrões] acham bom. Ensacado já furtaram, não largamos mais, porque aí roubam mesmo.” Produtores afirmam que o furto do café ainda no pé, muitas vezes verde, pode impactar na qualidade do produto no mercado.

O tema também foi discutido por produtores e entidades em Guaxupé durante a Femagri, feira organizada pela Cooxupé, maior cooperativa do setor no país, que recebeu 42 mil visitantes em três dias.

José Eduardo dos Santos Júnior, superintendente de desenvolvimento do cooperado da Cooxupé, resume o motivo do temor dos produtores: “O cara [ladrão] vai lá e rouba o café que está pronto. Fertilizantes não compensam para ele. Uma tonelada de fertilizante custa R\$ 2.500, um saco de café custa R\$ 2.500. Ele carrega sozinho o preço de uma tonelada de fertilizante.”

Além de crimes a conta-gotas, há ações de quadrilhas em alguns locais. Em Jacutinga, a Polícia Civil recuperou na última quarta (19) uma carga de café avaliada em R\$ 2 milhões que tinha sido furtada no porto de Santos. Além do carregamento, num galpão foram achados sacos de café beneficiado e pronto para exportação.

No mês passado, sete pessoas

foram presas sob a suspeita de integrarem uma quadrilha que roubou uma carga de café em agosto em Lavras. Outros crimes contra produtores foram registrados em cidades como Conceição da Aparecida -duas tentativas de sequestro nos últimos 30 dias-, São José da Barra e Campo do Meio.

O tema também está sendo discutido dentro da Ameg (Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande), que engloba 24 municípios, todos produtores de café, e na Assembleia Legislativa mineira. No dia 17, a Assembleia teve uma audiência pública com polícias, parlamentares, produtores e prefeitos para debater o planejamento das forças de segurança para prevenir e enfrentar o roubo de sacas de café e de crimes contra produtores e trabalhadores das lavouras.

Autor do pedido, o deputado estadual Professor Cleiton (PV) disse na audiência que o objetivo é buscar a proteção do produtor e de sua família e da produção, além de já preparar o setor para o cenário num futuro próximo - caso a cotação siga em alta, o que é previsto para este ano.

“Nós fomos motivados pelas diversas notícias que já chegam de quadrilhas que estão se formando, sabedores da situação que a gente vive no sul de Minas, na fronteira com o Rio de Janeiro, onde se encontra o Comando Vermelho, na fronteira com São Paulo, onde está o PCC”, disse.

O coronel Jardel Trajano de Oliveira Gomes, comandante da 18ª região da Polícia Militar, que abrange 55 municípios no sul e sudoeste de Minas, disse na Femagri que a segurança deve ser tratada ao longo dos anos, e não só no momento atual, em que o preço do café chama a atenção, e que é preciso integração dos envolvidos. Afirmou ainda que as polícias estão trabalhando em busca de identificar quadrilhas que atuam na região.

“Mas, sozinhas, a Polícia Militar e a Polícia Civil não conseguirão fazer nada. É preciso que haja mudança de comportamento de todos. Precisamos do envolvimento das prefeituras, das cooperativas, dos sindicatos, das comunidades, dos fazendeiros, de todos.” Entre os exemplos de mudança de comportamento que Trajano citou estão investimentos em equipamentos de segurança e até mesmo a colocação de cadeados nas porteiras.

FORJASUL CANOAS S/A – IND. METALÚRGICA

CNPJ 88.313.853/0001-24 – NIRE 43300003621 – Canoas, RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCACÃO

Ficam os acionistas de Forjasul Canoas S/A Indústria Metalúrgica, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Tupi, 200, Bairro Igará, em Canoas/RS, CEP 92.410-310, CONVOCADOS para Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia 10 de abril de 2025, às 14:00 hrs, na sede social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Deliberar e destinar o resultado desse exercício social; 3) Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e, 4) Eleição do Conselho Fiscal.

Canoas/RS, 27 de março de 2025. **Roberto João Manfroi** – Presidente do Conselho de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 006.2024

O MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM DO SUL/RS, pelo seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e demais normas que regem a espécie, referente ao Processo de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 006.2025 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM no Município de São Valentim do Sul, torna público que **FAZ RETIFICAÇÃO**, para alterar o seguinte: 1. Item 01 – Tubos de concreto simples, diâmetro 30 cm, macho e fêmea, conforme norma NBR 8890. 2. Fica retificada a data da realização do certame para o dia **10 DE ABRIL DE 2025** às 09 horas, as demais normas do Edital permanecem inalteradas.

São Valentim do Sul, 26 de março de 2024.

MOISÉS CAVANUS, Prefeito Municipal

ELEIÇÕES SINDICAIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 108 do Estatuto Social desta Entidade, tornamos público que no dia 13 de Março de 2025, foram realizadas as eleições neste Sindicato, tendo sido eleitos os seguintes associados para comporem os seus órgãos de administração e representação: DIRETORIA-EFETIVOS – Wagner Fabian Spadotto, Edio José Knorst, Paulo Cesar dos Santos, Leandro da Silva e Tailson Grassi Albino - SUPLENTE - Adriano Peres Nunes, Mafaldo Pugem, Servilho Corneau Correa e Sidnei Odair Sebben - CONSELHO FISCAL – EFETIVOS - Elcio Teodoro dos Santos, Palmiro Mattos Soares, Roni Miguel da Rosa SUPLENTE – Valdetar Martins de Oliveira, Paulo Fernando Franco Rodrigues e Arlei Flamarion Schneider. CONSELHO CONSULTIVO – EFETIVOS – Luis Fernando Duarte Machado, Luis Alberto Flores de Freitas, Sandro Luis de Souza, José Maus, Alvaro Fidelis, João Evaldo Schneider, Vanderlei Nerino dos Santos, Valdir Ferreira Oviedo, Claudécir Rogério Wazlawick e Ivan Martins dos Santos - DELEGADOS REPRESENTANTES – EFETIVOS – Wagner Fabian Spadotto e Servilho Corneau Correa- SUPLENTE – Paulo Cesar dos Santos e Mafaldo Pugem.

Os componentes dos aludidos órgãos serão empossados no dia 25 de abril de 2025.

São Leopoldo, 27 de março de 2025.

Wagner Fabian Spadotto

Presidente



MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

AVISO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Prefeito, no uso das atribuições legais, informa que o o aviso que circulou na data de 25/03/2025 referente a Lic. 62/2025, Pregão Eletrônico 33/2025, onde se lê 08/04/2025, leia-se **14/04/2025**. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito

Lic. 63/2025. Pregão Eletrônico 34/2025. Obj. Registro de preços, para eventual e futura aquisição de massa asfáltica usinada a quente (acbuq), sacas de 25 kg, conforme termo de referência (Anexo I), deste edital. Critério de julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 10/04/2025, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Lic. 64/2025. Inexigibilidade 22/2025. Obj. Contratação da empresa FAMURS, CNPJ: 88.733.811/0001-42, para fornecimentos de capacitação para o O Vice-Prefeito, a Secretária de Assistência Social, a Secretária de Saúde e o Secretário de Administração, no curso sobre “Os desafios do Mandato 2025-2028”. Valor R\$1.960,00. Base Legal: Art. 74 III “f” e art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Lic. 65/2025. Inexigibilidade 23/2025. Obj. Contratação da empresa UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RS, CNPJ: 05.387.322/0001-59, para fornecimento de capacitação para os servidores da SMEC. Valor R\$900,00. Base Legal: Art. 74 III “f” e art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Lic. 66/2025. Concorrência Eletrônica 07/2025. Obj. Concessão administrativa de uso, onerosa, do QUIOSQUE DA PRAÇA RENEU GERALDINO MERTZ, localizado na quadra 47, constante da matrícula n.º 6.422 do Registro de Imóveis da Comarca de Três Passos/RS, nos termos da autorização para Concessão de direito de uso e exploração do imóvel prevista na Lei Municipal 5.874 de 21 de março de 2023, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de acordo com Termo de Referência, para a instalação de estabelecimento do ramo alimentício, com preparo e fornecimento de refeições, lanches e similares, necessariamente realizado no espaço concedido, além do comércio de bebidas. Critério de julgamento: Maior valor/lance. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 22/04/2025, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Lic. 67/2025. Inexigibilidade 24/2025. Obj. Contratação da empresa CLEOMARA GONZATTO E CIA LTDA, CNPJ 21.971.919/0001-00, para prestação de serviços de atividades aquáticas e hidroginástica, para pacientes portadores de fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial. Valor R\$55.680,00. Base Legal: Art. 74 CAPUT e art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Editais disponíveis na íntegra no site: www.trespasos.rs.gov.br/licitacoes 2025. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito Municipal.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90037/2024

O Diretor-Geral do Campus Caxias do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, que se encontra instaurado o Processo Licitatório nº 90037/2024, na MODALIDADE: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O IFRS.**

EDITAL a partir de 26/03/2025, através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e <https://ifrs.edu.br/caxias/administracao-e-planejamento/licitacoes-e-contratos/licitacoes/> e pelo e-mail licitacao@caxias.ifrs.edu.br

SESSÃO PÚBLICA: 10/04/2025, às 9:00 horas, através do Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

Caxias do Sul – RS, 25/03/2025

Jeferson Luiz Fachinetto

Diretor-Geral

UNICASA

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
CNPJ nº 90.441.460/0001-48 - NIRE 43 3 000004451 3

UCAS
B3 LISTED NM

ITAG B3
IGC B3

Aviso: 1. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://ri.unicasamoveis.com.br>; • <https://www.cvm.gov.br>; • <https://www.b3.com.br>. 3. Informações relevantes sobre o relatório de auditoria: "As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.unicasamoveis.com.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações".

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais resumidos - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	Passivo								
Ativo circulante	Passivo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6.920	23.989	10.341	26.100	Empréstimos e Financiamentos	1.577	4.749	1.577	4.749
Aplicações financeiras	24.847	33.478	24.847	33.478	Arrendamentos a pagar	-	-	4.323	3.139
Contas a receber de clientes	36.180	24.822	26.853	20.163	Fornecedores	8.412	6.255	8.654	6.554
Estoques	25.570	27.183	26.004	27.640	Obrigações tributárias	2.464	1.724	2.506	1.743
Empréstimos concedidos	918	1.549	918	1.549	Juros sobre o capital próprio a pagar	10.546	11.672	10.546	11.672
Impostos a recuperar	10.936	4.283	10.968	6.434	Salários e encargos sociais	5.824	5.173	5.841	5.233
Outros ativos	4.338	6.084	7.049	7.469	Passivos contratuais	29.396	37.820	38.264	46.846
Total do ativo circulante	109.709	121.388	106.980	122.833	Provisões	-	107	-	107
Não circulante	Total do passivo circulante								
Realizável a longo prazo	60.524								
Aplicações financeiras	-	10.195	-	10.195	Outros passivos circulantes	2.305	2.949	3.101	3.238
Contas a receber de clientes	12.857	13.611	12.857	13.611	Total do passivo circulante	60.524	70.449	74.812	83.281
Empréstimos concedidos	170	352	170	352	Não circulante				
Ativos mantidos para venda	2.377	1.597	2.377	1.597	Empréstimos e Financiamentos	70.831	49.228	70.831	49.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	416	7.840	3.458	Arrendamentos a pagar	-	-	23.376	20.702
Impostos a recuperar	69	219	69	219	Provisões	4.178	5.111	4.178	5.111
Depósitos Judiciais	450	575	450	575	Imposto de renda e contribuição social diferidos	776	-	776	-
Outros ativos	48	48	3.774	3.136	Outros passivos não circulantes	620	864	620	864
Total do ativo não circulante	15.971	27.013	27.537	33.143	Total do passivo não circulante	76.405	55.203	99.781	75.905
Total do Ativo	329.311	315.647	366.975	349.181	Patrimônio líquido				
					Capital social	147.000	147.000	147.000	147.000
					Reserva legal	5.966	5.343	5.966	5.343
					Reserva de lucros	37.766	37.941	37.766	37.941
					Ajustes Acumulados de Conversão	1.650	(289)	1.650	(289)
					Total do patrimônio líquido	192.382	189.995	192.382	189.995
					Total do Passivo e Patrimônio líquido	329.311	315.647	366.975	349.181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido resumidas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de lucros		Resultados Acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147.000	4.585	36.809	-	188.732
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.167	15.167
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	758	-	(758)	-
Retenção de Lucros	-	-	1.132	(1.132)	-
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Min. obrigatório)	-	-	-	(3.602)	(3.602)
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Adicional)	-	-	-	(9.675)	(9.675)
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	(627)	(627)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	147.000	5.343	37.941	(289)	189.995
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.449	12.449
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	623	-	(623)	-
Retenção de Lucros	-	-	(175)	175	-
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Min. obrigatório)	-	-	-	(2.956)	(2.956)
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Adicional)	-	-	-	(9.045)	(9.045)
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	1.939	1.939
Saldos em 31 de dezembro de 2024	147.000	5.966	37.766	1.650	192.382

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, listada no segmento do Novo Mercado da "B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão" (BM&FBovespa) sob o código UCAS3, desde 27 de abril de 2012. Fundada em 1985, a Companhia tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial. A Companhia possui contratos de revenda com agentes autorizados a explorar nossas marcas "Dell Anno", "New", "Casa Brasileira" e "Unicasa Corporate" sob a forma de vendas exclusivas e multimarcas, no Brasil e no exterior. A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. (controlada), incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados. A controlada permanece aberta para atendimento dos clientes remanescentes da operação e como apoio para os clientes do segmento Unicasa Corporate da Controladora. A Unicasa Holding LLC, controlada estabelecida nos Estados Unidos, e Dell Anno NYC LLC, Dell Anno Miami LLC, Unicasa North America LLC, controladas da Unicasa Holding LLC, ambas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, têm por objeto a prospecção, comércio e a consolidação da marca Dell Anno na América do Norte. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras resumidas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas ("demonstrações financeiras") da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com o Parecer de Orientação nº 39 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são preparadas em conformidade com demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim, recomenda-se que sejam analisadas em conjunto. As demonstrações financeiras resumidas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, considerando o custo histórico, exceto para determinados

instrumentos financeiros e plano de opções de compra e subscrição de ações mensurados pelo seu valor justo, quando aplicável. As demonstrações financeiras resumidas apresentam as principais políticas contábeis e os julgamentos, estimativas e premissas relevantes. A emissão das demonstrações financeiras resumidas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2025. **3. Demonstrações financeiras consolidadas resumidas:** As demonstrações financeiras resumidas consolidadas abrangem informações da Companhia e das suas controladas (diretas e indiretas). As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras resumidas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A companhia apresenta a natureza dos principais eventos que podem resultar em efeitos nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras resumidas: (i) Perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos; (ii) Imposto de renda e contribuição social diferido. **5. Resumo das principais políticas contábeis: 5.1 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no contrato quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em

Demonstrações de resultados resumidos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	207.596	207.510	226.559	217.397
Custo dos produtos vendidos	(133.667)	(135.275)	(140.178)	(140.335)
Lucro bruto	73.929	72.235	86.381	77.062
Despesas com Vendas	(42.733)	(41.944)	(65.978)	(53.800)
Despesas Administrativas	(18.391)	(18.763)	(18.305)	(18.763)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.612	3.956	2.633	3.978
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.158)	(225)	(1.158)	(225)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.552)	(5.123)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	6.707	10.136	3.573	8.252
Resultado financeiro Líquido	6.953	5.086	7.013	5.185
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.660	15.222	10.586	13.437
Imposto de renda e contribuição social líquidos	(1.211)	(55)	1.863	1.730
Lucro líquido do exercício	12.449	15.167	12.449	15.167
Lucro líquido por ação, básico e diluído	0,1884	0,2295	0,1884	0,2295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes resumidos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	12.449	15.167	12.449	15.167
Outros resultados abrangentes	1.939	(289)	1.939	(289)
Ajustes acumulados de conversão	1.939	(289)	1.939	(289)
Total de resultado abrangente do exercício	14.388	14.878	14.388	14.878

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa resumidos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	12.659	41.296	11.690	42.221
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(33.737)	(67.992)	(29.026)	(70.718)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	4.009	32.154	1.577	31.069
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(17.069)	5.458	(15.759)	2.572
Saldo inicial de caixa e equivalentes	23.989	18.531	26.100	23.528
Saldo final de caixa e equivalentes	6.920	23.989	10.341	26.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado resumido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	255.020	259.389	274.006	269.303
Insumos adquiridos de terceiros	(157.231)	(159.853)	(170.538)	(168.014)
Valor adicionado bruto	97.789	99.536	103.468	101.289
Depreciação e amortização	(8.429)	(7.970)	(14.235)	(8.962)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	89.360	91.566	89.233	92.327
Valor adicionado recebido em transferência	8.173	6.459	15.902	11.751
Valor adicionado total a distribuir	97.533	98.025	105.135	104.078
Pessoal	43.437	42.955	51.723	47.711
Impostos, taxas e contribuições	33.904	34.512	31.471	33.148
Remuneração de capitais de terceiros	7.743	5.391	9.492	8.052
Remuneração de capitais próprios	12.449	15.167	12.449	15.167

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. **5.2 Receita de venda:** A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, ou seja, para os faturados na modalidade CIF, no momento em que a mercadoria é entregue no endereço do cliente. Para os faturados na modalidade FOB, quando a mercadoria é entregue ao transportador contratado pelo cliente, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, a Companhia e suas controladas não detêm mais o controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. **5.3 Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. As receitas de juros são incluídas na rubrica de receitas financeiras, na demonstração do resultado.

Conselho de Administração

Gelson Luis Rostirola Presidente do Conselho de Administração	Alexandre Grendene Bartelle Vice-Presidente do Conselho de Administração	Gustavo Dall Onder Membro do Conselho de Administração	Rodrigo Silva Marvão Membro Independente do Conselho de Administração	Giuliano Silvio Dedin Zorogniotti Membro Independente do Conselho de Administração	Renata Vendruscolo Zietolle Membro do Conselho de Administração
Diretoria			Contador		
Gustavo Dall Onder Diretor Presidente	Guilherme Possobon de Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Alexandre Narvaes Figueira Diretor Comercial	Luciano André Merigo Diretor de Operações	Ivanir Moro CRC/RS-053351/O-7	

Jornal do Comércio
Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

Baixe já o app do JC

Aplicativo disponível nas principais plataformas digitais

Parlamentares do agro querem derrubar aperto nas regras do CMN para o Proagro

Parlamentares ligados ao agronegócio querem derrubar o aperto nas regras fixadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para conter o aumento dos gastos com o Proagro, programa de seguro rural bancado com subsídio orçamentário do governo federal.

A movimentação da banca do agro no Congresso já acendeu a luz amarela na área econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e no BC (Banco Central), segundo pessoas a par do tema. O BC é o administrador do Proagro.

As mudanças nas regras foram adotadas para fechar brechas que elevaram, nos últimos anos, os gastos do governo com o programa e que levaram a irregularidades e até mesmo fraudes. O projeto de decreto legislativo 58, apresentado pelo deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS), propõe sustar sete resoluções do CMN que, segundo o parlamentar, comprometem a efetividade do programa e afetam diretamente agricultores familiares. Essas resoluções definiram, em 2023 e 2024, regras mais rígidas para o direito ao seguro na esteira da explosão de gastos com essa política.

O Proagro indeniza perdas decorrentes de seca, chuva excessiva, geadas ou granizo, grandes variações de temperatura, ventos fortes ou frios e doenças ou pragas sem método viável de controle ou prevenção. Os parlamentares querem criar um fundo específico para custear o socorro a longo prazo. Uma autoridade do governo disse, na condição do anonimato, que o projeto de decreto é um retrocesso contra vários avanços que foram feitos nas regras do Proagro - adotados, inclusive, por recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União). Essa autoridade reconheceu que o governo terá trabalho para reverter esse movimento no Congresso.

Em 2020, o Tesouro Nacional desembolsou R\$ 2,5 bilhões (valores atualizados pela inflação), e esses gastos chegaram a R\$ 9,4 bilhões em 2023, ano em que o CMN começou a publicar as resoluções para aumentar o controle do seguro. Em 2024, com regras mais apertadas, ficou em R\$ 5,4 bilhões. A Lei Orçamentária Anual para 2025, aprovada no Congresso Nacional no dia 20 de março, prevê um orçamento de R\$ 5,784 bilhões para indenizações e restituições ligadas ao programa neste ano.



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que desejarem.

Canoas, 25 de março de 2025.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 e 31/12/2023				
ATIVO	31/12/2024		31/12/2023	
	Nota		Nota	
CIRCULANTE	99.142.032,67	66.483.079,55	26.189.492,03	24.437.175,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	53.349.471,55	1.505.484,41	1.625.387,42
Clientes	5	24.495.176,91	3.066.622,86	2.209.187,00
Créditos com Consorciadas		3.618.519,41	1.338.930,04	145.925,74
Cauções e Retenções Contratuais		35.215,84	6.098.609,16	5.404.586,58
Impostos a Recuperar	6	2.493.356,66	2.495.676,90	1.938.021,57
Adiantamentos a Fornecedores		874.023,35	2.513.990,52	3.000.434,38
Outros Ativos Circulantes	7	4.096.515,97	5.553.913,03	6.063.665,96
Contratos de Mútuos		9.924.940,60	15.019,96	-
Despesas Antecipadas		254.812,38	-	-
NÃO CIRCULANTE	62.683.500,35	58.522.365,91	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.263.118,12	1.500.521,27	-	-
Depósitos Judiciais		952.391,22	-	-
Juros Diferidos		203.354,75	-	-
Aplicações Financeiras		107.372,15	-	-
INVESTIMENTOS	3.2	54.681.614,02	50.495.957,09	91.350.674,09
Participações em Empresas		1.898,24	1.898,24	1.898,24
Participações em Outras Empresas		41.555.497,13	37.456.997,14	37.456.997,14
Outros Investimentos		13.124.218,65	13.037.061,71	13.037.061,71
IMOBILIZADO	8	6.680.100,18	6.378.771,34	6.378.771,34
INTANGÍVEL		58.668,03	147.116,21	147.116,21
Sistemas		697.607,57	1.047.500,12	1.047.500,12
Outros		3.592,75	50.975,19	50.975,19
Amortizações Acumuladas		(642.532,29)	(951.359,10)	(951.359,10)
TOTAL DO ATIVO		161.825.533,02	125.005.445,46	125.005.445,46

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Discriminação	Capital Social		Reserva Legal		Patrimônio Líquido	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
Saldo em 31/12/2022	67.000.000,00	73.000.000,00	536.701,61	536.701,61	80.616.641,97	80.616.641,97
Lucro Líquido do Exercício	6.000.000,00	10.000.000,00	(32.953,98)	784.910,47	13.734.032,12	13.734.032,12
Destinações Propostas à AG	-	-	-	-	(3.000.000,00)	(3.000.000,00)
Reserva Legal	-	-	536.701,61	536.701,61	(536.701,61)	(536.701,61)
Juros Remuneratórios do Capital Próprio	-	-	-	-	(2.549.332,63)	(2.549.332,63)
(Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício)	-	-	-	-	(450.667,37)	(450.667,37)
Aumento de Capital	6.000.000,00	-	(569.655,59)	(5.430.344,41)	-	39,76
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Transfêrencia entre Contas	-	-	-	10.197.330,51	(10.197.330,51)	-
Saldo em 31/12/2023	73.000.000,00	83.000.000,00	536.701,61	18.832.972,12	91.350.674,09	91.350.674,09
Lucro Líquido do Exercício	10.000.000,00	10.000.000,00	784.910,47	26.019.995,44	26.432.241,57	26.432.241,57
Destinações Propostas à AG	-	-	-	-	(4.807.069,13)	(4.807.069,13)
Reserva Legal	-	-	1.321.612,08	1.321.612,08	(1.321.612,08)	(1.321.612,08)
Juros Remuneratórios do Capital Próprio	-	-	-	-	(1.777.657,37)	(1.777.657,37)
(Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício)	-	-	-	-	(4.500.000,00)	(4.500.000,00)
Aumento de Capital Social	10.000.000,00	-	(536.701,61)	(9.463.298,39)	-	83,20
Reversão de Dividendos Propostos	-	-	1.470.588,24	18.832.972,12	1.470.588,24	1.470.588,24
Transfêrencia entre Contas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	83.000.000,00	93.000.000,00	1.321.612,08	26.019.995,44	112.975.846,53	112.975.846,53

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS:
A STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Canoas – RS, e tem como objeto social a execução de projetos, prestação de serviços de consultoria, planejamento, assessoria técnica, administração e atividades correlatas ao ramo de engenharia técnica, podendo, a juízo da Diretoria, participar de outras Empresas.
Os principais clientes são Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como Autarquias e Fundações Federais, Estaduais e Municipais.
NOTA 2 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.255, de 10/12/2009, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – PMEs, e com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pela Lei nº 11.941/09, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:
Destacamos os seguintes procedimentos adotados:
3.1 – Ativos Financeiros
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem os saldos em caixa, bem como saldos em contas correntes bancárias, e ainda, saldos em aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, demonstrados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.
b) Contas a Receber de Clientes
Estão apresentados a valores de realização, com vencimentos de até 90 dias. Não foi constituída provisão para riscos de créditos, considerando não ter histórico de perdas significativas.
c) Créditos Com Consorciadas
Representam antecipações por conta de Contratos de Consórcios em andamento, sem encargo financeiro, cuja liquidação ocorrerá ao final dos respectivos contratos.
d) Outros Recebíveis e Realizáveis
Os demais ativos financeiros estão apresentados a valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.
e) Redução do Valor Recuperável de Ativos
Os valores identificados de ativos não recuperáveis foram baixados para conta de resultado do exercício.
f) Impostos a Recuperar
Representam saldos excedentes de retenções sofridas sobre recebimentos de clientes e sobre rendimentos de aplicações financeiras, a serem compensados com tributos federais vindendos. Alternativamente, poderão ser objeto de pedidos de restituição.
3.2 – Investimentos
Os investimentos existentes em 31 de dezembro de 1995 estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até essa data, e representam o montante de R\$ 178.617,83. Os demais, representados por participações em empresas, no valor de R\$ 41.436.941,11, e por terrenos e benfeitorias em imóveis próprios, no valor de R\$ 13.064.055,08, perfazendo o total de R\$ 54.681.614,02, estão demonstrados ao custo de aquisição.
NOTA 4 – IMOBILIZADO
8.1 – Composição dos Saldos das Contas
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023
8.2 – Demonstração da movimentação dos Saldos no Exercício
Aquisições no período
Depreciações no período
Baixa Residual no período
Saldo em 31/12/2024

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS PERÍODOS DE				
Discriminação	01/01/2024 a 31/12/2024		01/01/2023 a 31/12/2023	
	Nota		Nota	
RECEITA LÍQUIDA	12	191.739.938,46	151.864.554,81	151.864.554,81
CUSTO DOS SERVIÇOS		(140.094.907,99)	(118.476.810,80)	(118.476.810,80)
LUCRO BRUTO		51.645.030,47	33.387.744,01	33.387.744,01
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(14.409.209,50)	(15.136.471,98)	(15.136.471,98)
Despesas Comerciais		(1.732.539,20)	(1.865.169,45)	(1.865.169,45)
Despesas Gerais e Administrativas		(19.334.589,31)	(14.681.584,64)	(14.681.584,64)
Outras Receitas Operacionais		6.712.920,25	2.017.671,35	2.017.671,35
Outras Despesas Operacionais		(34.467,15)	(454.538,09)	(454.538,09)
Outras Despesas		(20.534,09)	(152.851,15)	(152.851,15)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		37.235.820,97	18.251.272,03	18.251.272,03
RESULTADO FINANCEIRO		(5.347.194,91)	(3.277.486,00)	(3.277.486,00)
Receitas Financeiras		1.199.546,48	2.394.454,19	2.394.454,19
Despesas Financeiras		(6.546.741,39)	(5.671.940,19)	(5.671.940,19)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		31.888.626,06	14.973.786,03	14.973.786,03
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(9.956.384,49)	(4.239.753,91)	(4.239.753,91)
Contribuição Social		(2.689.325,16)	(1.148.915,72)	(1.148.915,72)
Imposto de Renda		(7.267.059,33)	(3.090.838,19)	(3.090.838,19)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.932.241,57	10.734.032,12	10.734.032,12
Reversão dos juros remuneratórios do Capital Próprio		4.500.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS REVERSÃO DO JCP		26.432.241,57	13.734.032,12	13.734.032,12
Lucro líquido por ação		350,32	182,03	182,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação	01/01/2024 a 31/12/2024		01/01/2023 a 31/12/2023	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		26.432.241,57	13.734.032,12	13.734.032,12
Ajustes Para Reconciliar o Lucro Líquido ao Fluxo de Caixa				
Das atividades operacionais:				
Depreciações e Amortizações		556.532,87	612.841,19	612.841,19
Custo das Baixas de Imobilizado e Intangível		(206.896,09)	(143.384,28)	(143.384,28)
IRF sobre JCP		(675.000,00)	(450.000,00)	(450.000,00)
Lucro Líquido Ajustado		26.520.670,53	14.040.257,59	14.040.257,59
Redução (aumento) na variação de ativos:				
Contas a Receber de Clientes		(4.406.344,46)	(3.369.632,16)	(3.369.632,16)
Créditos com Consorciadas		(340.951,97)	480.501,16	480.501,16
Impostos a Recuperar		1.530.400,06	1.428.669,21	1.428.669,21
Outras Contas a Receber		2.991.411,74	2.768.463,30	2.768.463,30
Redução (aumento) na variação de passivos:				
Fornecedores		(119.903,01)	494.442,98	494.442,98
Impostos e Contribuições a Pagar		2.444.682,21	1.855.411,74	1.855.411,74
Férias a Pagar		(509.752,93)	626.639,31	626.639,31
Outras Contas a Pagar		(935.165,39)	210.243,35	210.243,35
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais		27.175.046,78	17.864.996,48	17.864.996,48
Aquisição de Investimentos		(4.185.656,93)	(6.846.096,00)	(6.846.096,00)
Aquisição de Ativo Imobilizado		(976.309,62)	(560.678,56)	(560.678,56)
Aplicação de Recursos no Intangível		(1.687,71)	(308,07)	(308,07)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		(5.163.654,26)	(7.407.082,63)	(7.407.082,63)
Contratos de Mútuos		15.019,96	(6.581.522,96)	(6.581.522,96)
Realizável a Longo Prazo		237.403,15	(55.681,01)	(55.681,01)
Recebimento/Pagamento de Empréstimos		13.003.330,01	(2.889.442,29)	(2.889.442,29)
Diminuição de Fornecedores de Longo Prazo		-	(44.425,00)	(44.425,00)
Impostos Parcelados de Longo Prazo		(1.349.892,43)	(1.480.457,87)	(1.480.457,87)
Juros Sobre o Capital Próprio		(1.486.150,56)	(1.359.002,83)	(1.359.002,83)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamentos		10.419.710,13	(12.410.531,96)	(12.410.531,96)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		32.431.102,65	(1.952.618,11)	(1.952.618,11)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		(20.918.368,90)	(22.870.987,01)	(22.870.987,01)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		53.349.471,55	20.918.368,90	20.918.368,90
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		32.431.102,65	(1.952.618,11)	(1.952.618,11)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Discriminação	2024	2023
a) Passivo Circulante		
Contratado Mercado Interno	3.066.622,86	2.209.187,00
b) Passivo Não Circulante		
Contratado Mercado Interno	14.193.092,28	2.047.198,13

NOTA 10 – IMPOSTOS A PAGAR

Conta	2024	2023
IRRF fonte	1.924.888,39	1.584.971,32
ISSQN	519.594,71	419.363,12
COFINS	2.943.922,67	2.772.233,10
PIS	644.958,74	561.850,03
CSRF	65.244,65	66.169,01
Totais	6.098.609,16	5.404.586,58

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Conta	2024	2023
Previdência Social	1.345.868,04	1.462.235,55
FGTS	1.141.592,74	461.865,48
Contribuição Sindical	1.878,21	9.519,23
Retenção para Seguridade Social	6.337,91	4.401,31

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

**ENTRE EM CONTATO PARA FAZER
UM ORÇAMENTO E CONHECER
MELHOR NOSSO PRODUTO.**

WHATSAPP: (51) 3213-1342

E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Loja de roupa é o setor que mais perdeu mão de obra em 5 anos

O varejo de vestuário e acessórios foi o que menos conseguiu recuperar mão de obra perdida na pandemia, e tem 11 mil vagas a menos de 2020 a 2025. Por outro lado, supermercados foram os que mais cresceram em número absoluto de vagas, com 32 mil novos postos de trabalho no período.

As informações são de uma pesquisa da FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo). O estudo sugere que, durante a crise sanitária, as famílias direcionaram os seus gastos aos bens essenciais, e que isso alterou a estrutura de consumo do País.

“Geração de empregos está muito ligada a vendas. Quanto mais eu vendo, mais eu tenho que gerar emprego”, comenta Thiago Carvalho, assessor econômico da Fecomércio.

Em 2020, o volume de vendas do varejo de tecidos, vestuário e calçados de São Paulo caiu 28%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os setores de eletrodomésticos e lojas de departamento também foram os que menos se reergueram da crise, seguidos por calçados e livrarias. Dos 78 segmentos do varejo paulista, 16 registraram, ao fim de janeiro de 2025, um volume de trabalhadores menor do que no início de 2020.

Para a federação, os dados são explicados pela perda de consumidores, fechamento de portas e desligamentos que ocorreram, principalmente, no início da pandemia. “Muitas empresas hoje trabalham com a margem apertada, tentando se recuperar do impacto financeiro”, diz Thiago.

TRAMONTINA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ. 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Carlos Barbosa, RS, 20 de março de 2025. A DIRETORIA.

	BALANÇO PATRIMONIAL EM MILHARES DE R\$			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo	428.460	343.321	2.394.124	1.725.126
Circulante	7.542	3.669	1.733.091	1.186.466
Caixa e equivalentes	4.452	3.337	188.488	97.749
Contas a receber	-	-	648.593	448.681
Estoques	-	-	795.683	570.434
Impostos a recuperar	365	303	24.763	14.256
Outros créditos	2.725	29	27.495	19.908
Despesas antecipadas	-	-	48.069	35.438
Não circulante	420.918	339.652	661.033	538.660
Outras contas a receber	-	1.253	2.367	2.069
Impostos diferidos	-	-	187.871	148.632
Investimentos	420.099	334.806	1	-
Imobilizado	-	-	411.388	338.627
Intangível	819	3.593	59.406	49.332
Passivo	428.460	343.321	2.394.124	1.725.126
Circulante	172	37.068	1.763.207	1.277.670
Empréstimos e financiamentos	-	-	581.253	424.769
Fornecedores	168	-	740.041	481.526
Risco sacado	-	-	330.352	265.086
Impostos e contribuições a recolher	4	51	32.928	31.017
Obrigações trabalhistas	-	-	8.483	7.151
Futuro Aumento de Capital	-	37.000	-	37.000
Outras contas a pagar	-	17	70.150	31.121
Não circulante	280.601	222.315	478.981	360.667
Empréstimos e financiamentos	-	-	441.825	292.414
Impostos Diferidos	-	-	-	5.789
Passivo a descoberto	280.584	222.300	-	-
Provisões para contingências	17	15	17	16
Outras contas a pagar	-	-	37.139	62.448
Patrimônio líquido	147.687	83.938	151.936	86.789
Capital social	332.541	277.541	332.541	277.541
Ajustes acumulados de conversão	(27.536)	(32.510)	(27.536)	(32.510)
(-) Prejuízos acumulados	(157.318)	(161.093)	(157.318)	(161.093)
Participação de não controladores	-	-	4.249	2.851

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM MILHARES DE R\$			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita	-	-	2.574.578	2.147.368
Custo dos produtos vendidos	-	-	(1.955.260)	(1.553.247)
LUCRO BRUTO	-	-	619.318	594.121
Despesa de vendas	-	-	(244.347)	(222.854)
Despesas administrativas e gerais	(1.763)	(2.195)	(289.651)	(292.539)
Outras receitas ou despesas operacionais	5.282	607	10.133	(8.152)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	3.519	(1.588)	95.453	70.576
Despesas financeiras	(74)	(4.866)	(88.007)	(104.865)
Receitas financeiras	330	399	12.950	43.546
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	3.775	(6.055)	20.396	9.257
Corrente	-	-	(18.237)	(21.081)
Diferido	-	-	(887)	6.115
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.775	(6.055)	1.272	(5.709)
Resultado distribuído aos controladores	3.775	(6.055)	3.775	(6.055)
Resultado atribuído aos não controladores	-	-	(2.503)	346

	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM MILHARES DE R\$					
	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024					
	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.541	-	(54.711)	(155.038)	52.792	2.043
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.055)	(6.055)	346
Aumento de capital	15.000	-	-	-	15.000	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	22.201	-	22.201	462
Saldos em 31 de dezembro de 2023	277.541	-	(32.510)	(161.093)	83.938	2.851
Prejuízo do exercício	-	-	-	3.775	3.775	(2.503)
Aumento de capital	55.000	-	-	-	55.000	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	4.974	-	4.974	3.901
Saldos em 31 de dezembro de 2024	332.541	-	(27.536)	(157.318)	147.687	4.249

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por objetos sociais a administração de bens, empreendimentos e aplicações de recursos e participações societárias.
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.
NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2024.
b) **Ativo Não Circulante - Investimentos:** os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

Empresa	Participação %	Valor do Investimento	Resultado da Equivalência
Tramontina Colômbia	100	61.442.654	4.067.564
Tramontina Chile	99	53.223.151	(1.383.332)
Tramontina México	100	88.106.530	4.086.882
Tramontina USA (b.1)	100	(250.922.449)	18.336.804
Tramontina UAE (b.1)	100	(25.203.445)	(10.123.780)
Tramontina Caribe	100	23.035.376	2.526.968
Tramontina UK (b.1)	100	(899.893)	(2.673.632)
Tramontina África	100	8.169.981	(298.587)
Tramontina Uruguay	100	49.664.910	(2.863.067)
Tramontina Germany	100	3.104.085	(2.433.328)
Tramontina Singapore	100	7.466.763	(584.143)
Tramontina Índia	50	450.043	(2.833.771)
Tramontina Austrália	100	3.926.105	(3.416.103)

Empresa	Participação %	Valor do Investimento	Resultado da Equivalência
Tramontina Del Equador	5	134.676	4.264
Tramontina Del Peru	100	73.032.627	7.583.598
Tramontina Store Peru	80	8.376.594	1.639.847
Tramontina Riga	100	7.516.263	16.854
Tramontina Store Chile	80	1.346.738	(478.221)
Tramontina Store Colômbia	80	3.321.604	217.301
Tramontina France	100	2.872.234	(1.496.879)
Tramontina Iberica	100	3.644.598	267.644
Abdullah & Abdull Rahim	100	15.056.089	(377.898)
Tramontina Household	100	848.398	(1.313.186)
Tramontina G. Trading (b.1)	100	(3.555.664)	(4.205.797)
Tramontina G. Services	100	5.357.332	3.119.427

b.1) Os investimentos de Tramontina USA, Tramontina UAE, Tramontina UK e Tramontina Guangzhou Trading estão contabilizados no Passivo a descoberto nos valores de R\$ 250.922.449,03, R\$ 25.203.444,99, R\$ 899.893,29 e R\$ 3.555.663,64 respectivamente.
c) **Provisão para IRPJ e CSLL:** a apuração do lucro real e a base de cálculo de Contribuição Social Anual foram feitas com utilização durante os doze meses do ano-calendário do critério de balanços de suspensão ou redução, nos moldes da Lei nº 9.430/96 e IN RFB 1700/17.

NOTA 4 - Por força da Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar as suas Demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria à disposição dos interessados na sede da companhia.
NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL O capital social está representado por 332.541.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País.

Carlos Barbosa, RS, 31 de dezembro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Eduardo Scmazzon - Presidente, Marcos Tramontina - Vice-Presidente, Ildo Paludo, Joselito Gusso, Inácio Chies
DIRETORIA EXECUTIVA: Ildo Paludo, Inácio Chies. **CONTADOR:** Felipe Schmitz - CRC-RS 103.680/O

Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul

Aviso de Licitação

Modalidade: **Concorrência nº 02/2025** Objeto: concessão onerosa de uso de bem público: exploração dos serviços no ginásio municipal de esportes. Abertura: 29/04/2025, 09h.
Modalidade: **Licitação nº 01/2025**.
Objeto: alienação de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul. Abertura: 22/04/2025, 10h30m.
Editais e anexos: www.novaromadosul.rs.gov.br.
Roberto Panazzolo - Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Jorge

CONCORRÊNCIA Nº 006/2025 PROCESSO Nº 024/2025

Data da Sessão: 11 de abril de 2025: 09h00min. Local: Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de São Jorge/RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Concorrência nº 006/2025, de critério de julgamento menor preço global. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ILUMINAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS - PISTA DE CAMINHADA E CENTRO CULTURAL CLODI JERÔNIMO LAZZAROTO. Edital: na Prefeitura Municipal de São Jorge e no site: www.saojorge.rs.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Avenida Daltro Filho, nº 901, na cidade de São Jorge-RS, ou pelo fone: (54) 3271 - 1112. São Jorge, 26 de março de 2025. Danilo Salvalaggio, Prefeito Municipal

UM
POUQUINHO
DO
SEU
IMPOSTO
MUDA TUDO.

Doe parte do
Imposto de Renda
da sua empresa para
o Pão e contribua
com o futuro de
muitas crianças e
adolescentes.

Empresas podem
doar até 1% do valor
devido. Mas não
esqueça: é só até 27
de dezembro.

Saiba como em
paodospobres.org.br



Pão dos Pobres